

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1000406-28.2018.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Seguro</b>
Requerente:	<b>Richelley dos Santos Gomes Cordeiro</b>
Requerido:	<b>Porto Seguro Cia de Seguros Gerais</b>

**RICHELLEY DOS SANTOS GOMES CORDEIRO** pediu a condenação da **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 28 de outubro de 2016.

A ré foi citada e apresentou defesa, aduzindo em preliminar a necessidade de retificação do polo passivo da lide e a ausência de documento essencial. No mérito, defendeu a inexistência da incapacidade funcional alegada.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação das partes.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Sustenta a autora padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

O laudo médico pericial conclui que *"o nexa causal quanto ao acidente de trânsito sofrido pela autora em 28/10/16 é procedente (fls. 23/24), bem como o quadro traumático relativo à fratura de extremidade proximal da tíbia à direita (não obstante tratamento cirúrgico instituído) lhe confere sequela funcional nesse membro com limitação à realização de atividades laborativas de natureza pesada, bem como demais que demandem flexão constante dos membros inferiores e deambulação excessiva. (...) O*

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

*exame médico pericial atual apontou sequela funcional no membro inferior direito (70%) quanto ao trauma ocorrido em 28/10/16 com repercussão em grau intenso (75%) com valor contemplado conforme tabela DPVAT em R\$ 7.087,50 reais, que perfaz diferença a ser indenizada em R\$ 2.362,50 reais"* (fls. 105/106).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula 474 do STJ).

A autora já foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 4.725,00, de modo que receberá a quantia de R\$ 2.362,50.

Nos termos da súmula 580 do Superior Tribunal de Justiça, "*a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso*".


Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para a autora a importância de R\$ 2.362,50, com correção monetária desde a data do evento danoso e juros moratórios, à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, dos honorários periciais já adiantados e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de julho de 2018.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**